



Parecer Final de Regularidade do Controle Interno

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2019-050704 - PREGÃO PRESENCIAL SRP
REQUERENTE: COMISSÃO DE LICITAÇÃO



OBJETO: Contratação de empresa para eventual fornecimento de Materiais Permanentes, conforme Termo de Referência e visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Dom Eliseu e Fundos Municipais.

Considerando a Constituição Federal de 1988, que em seu art. 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, assim como a Resolução TCM/PA Nº 7739/2005/TCM/PA Art.1 Parágrafo Único, e com fulcro na Lei Complementar Nº 101/2000 Art.59, atribuindo ao Controle Interno, dentre outras competências, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativos às atividades administrativas das Unidades da Prefeitura, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentário-financeira e patrimonial e a avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão, e visando a comunicar o Administrador Público, expedimos o parecer a seguir:

*Para exame e parecer desta Unidade de Controle Interno, a Comissão de Licitação remeteu o Processo Licitatório acima identificado, versando sobre licitação pública na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL – SRP** visando a Contratação de empresa para eventual fornecimento de Materiais Permanentes, conforme Termo de Referência e visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Dom Eliseu e Fundos Municipais.*

A matéria é analisada conforme os preceitos da Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 8.666/93, alterações posteriores e legislação correlata.
O exame dos atos realizados nas fases interna e externa do processo licitatório demonstrou o que segue:

O procedimento licitatório foi devidamente autuado;

- a) Houve requerimento e justificativa de necessidade da contratação;
- b) Consta Pesquisa de Preços;
- c) Há comprovação de dotação orçamentária ou planilha orçamentária;
- d) Existe Comissão Permanente de Licitação designada na forma da lei;
- e) Consta Parecer Jurídico;
- f) O Instrumento Convocatório está devidamente publicado;
- g) Os documentos de habilitação foram apresentados devidamente nos termos do Ato Convocatório;



- h) Foi anexado declaração da empresa que não emprega menores de idade;
- i) Consta nos autos a proposta comercial (via original);
- j) A ata relata todas as ocorrências do certame e está assinada pelo presidente da CPL e membros;
- k) Todas as folhas de abertura e julgamento dos envelopes foram devidamente assinadas pelos licitantes;
- l) Não constam nos autos impugnações e recursos;
- m) Existe termo de Adjudicação ao vencedor do certame;

Ao opinativo

Após análise dos documentos acostados pela Comissão Permanente de Licitação, constata-se que o processo licitatório em tela, encontra-se revestido das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação.

É o parecer, s.m.j.

Dom Eliseu/PA, 08 de julho de 2019



Ana Feio
Controladora Geral Municipal
Decreto Nº 122/2017

